



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 15/2014

----- Aos oito dias do mês de agosto do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Fernando Frazão Correia, estando presentes os Vereadores João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara justificou a ausência da Presidente da Câmara por se encontrar de férias e a ausência do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida por motivos pessoais conforme justificação apresentada, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 14/2014 referente à reunião ordinária de 25 de julho. -----

----- Aprovada a ata n.º 14/2014 por maioria dos presentes com uma abstenção. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e três mil, setecentos e oitenta e sete e sessenta e três cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e setenta mil, setecentos e quarenta euros e vinte e oito cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- AGRADECIMENTO DA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO, SA; -----

----- RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESMOR; -----

----- PROGRAMA ECOVALOR 2014/2015; -----

----- AGRADECIMENTO DO BATALHÃO DA ARMA DE TRANSMISSÕES DE ANGOLA DE 1961 A 1975; -----

----- OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA (OAD) -APURAMENTO POR FREGUESIA; -----

----- CAMPANHA DE INFORMAÇÃO SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO -----

----- HORÁRIOS DE ATENDIMENTO NO CENTRO DE SAÚDE DE RIO MAIOR -----

----- RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR -----

----- CONVITE XXII FESTIVAL DE FOLCLORE -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Dos assuntos para conhecimento realçou o relatório Trimestral de Execução Orçamental da Desmor e os resultados conseguidos que revelam uma preocupação muito estrita relativamente aos objetivos definidos e continuou dizendo que espera que os próximos tempos sejam para a economia nacional e em particular para o desporto para que todos possam ganhar. -----

----- De seguida ressaltou a informação disponibilizada pelo centro de saúde de Rio Maior acerca dos horários de funcionamento dizendo ainda que quando questionou a Presidente da Câmara acerca desta situação no tempo de férias, mesmo não sendo a saúde uma responsabilidade do executivo camarário, já se falava na situação que se estava a passar com a diminuição do atendimento complementar. Referiu ainda que está a correr no centro de saúde de Rio Maior entre os enfermeiros, que andam exaustos para conseguir fazer face às exigências mínimas, trabalhando mais de doze horas e que só não houve greve de enfermeiros porque uma das colegas entendeu assegurar todas as horas extraordinárias, todos os dias, a partir das vinte horas. Aproveitou ainda a oportunidade para sugerir que o executivo da maioria possa, junto da nova directora do ACES, aumentar a pressão face ao prejuízo que se sente e que gradualmente vai aumentando para os riomaiorenses. -----

----- VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por destacar o relatório efetuado sobre as obras por administração direta (OAD) - Apuramento por Freguesia que considerou muito bem elaborado, com muito pormenor e solicitou cópia impressa do mesmo. Referiu também a redução do serviço complementar do centro de saúde dizendo que os utentes perdem muito com isso e

considerou que o executivo deve acompanhar e desempenhar uma função que possa garantir o acesso a este serviço de todos os riomaiorenses e disse ainda esperar que este não seja um presságio de um posterior encerramento. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente aos assuntos abordados disse que sobre a Desmor serão feitas algumas considerações pelo seu director executivo, sobre o relatório das obras por administração direta disse que será fornecida a cópia solicitada deste documento que o executivo julgou ser importante dar a conhecer para demonstrar o trabalho feito por todo o concelho e que passará a ser elaborado semestralmente. Acerca da situação do centro de saúde disse ser já do conhecimento a nomeação da nova directora do ACES e que a mesma se encontra agora a inteirar-se de todos os assuntos e que só após isso irá ter contactos com os diferentes intervenientes. -----

----- **DR. CARLOS COUTINHO - DIRETOR EXECUTIVO DA DESMOR, EEM** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para referir que se trata de um relatório preliminar ao relatório semestral das contas da Desmor onde se fará uma avaliação mais profunda sobre o primeiro semestre, embora o segundo trimestre seja coincidente com o fecho do semestre. Acrescentou que os resultados continuam a ser positivos e sempre numa lógica daquilo que é a evolução positiva da empresa e que por isso é preciso estar-se atento e perceber quais são os próximos tempos como tem sido feito até aqui para o desenvolvimento da empresa e conseguir-se equilibrar as receitas e as despesas. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que as obras do centro de estágio estão concluídas, com a pintura exterior e a remodelação interior e que o exterior do pavilhão polidesportivo foi também remodelado, dizendo que logo que seja oportuno a Desmor convidará todo o executivo para uma visita às obras agora concluídas, numa altura em que esta empresa fará quinze anos de existência. -----

----- Deu ainda conhecimento de um convite aberto a todos os vereadores para o XXII Festival de Folclore em Chãos. -----

----- Por fim apresentou um Voto de Congratulação à atleta Yahima Ramirez, que leu (anexo 2). -----

----- Colocado a votação, o Voto de Congratulação foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à realização da Frimor que considera um momento importante na afirmação da dinâmica económica, cultural, associativa do município e do orgulho riomaiorense dizendo que tem percebido que está a ser feito um esforço considerável de comunicação relevando a existência de outdoors de grande dimensão fora do concelho para promover o certame afirmando a marca Rio Maior. -----

----- Referiu ainda a notícia sobre os novos corpos sociais da Associação Cultural do Concelho de Rio Maior que têm como objetivo criar uma escola de música que possa ser a raiz de várias valências a serem criadas e relançadas. Salientou ainda, numa perspetiva de desenvolvimento cultural, a pouca dinâmica desta natureza existente no concelho e que numa análise regional de desenvolvimento territorial e regional no Oeste e Vale do Tejo se perceba um desenvolvimento que não é consentâneo com aquilo que é a nossa dimensão territorial, populacional e densidade urbanística. Disse ainda que municípios de dimensão semelhante a Rio Maior, e até de dimensão inferior, têm uma dinâmica cultural, musical ao nível do associativismo e do estabelecimento de escolas de música e orquestras considerável como Rio Maior teve no passado e que neste momento tem vindo a perder esse capital intelectual e cultural. Afirmou que se entristece por não existir um output cultural para todos os riomaiorenses e para aqueles que visitam o concelho, mas rico e com mais capacidade de gerar criatividade e imaginação, porque considera que o tempo em que o desenvolvimento se fazia pelo material, pelo físico e pelas obras já passou e que agora é altura de manter as existências materiais e desenvolver o imaterial, o intangível, a cultura, a música, o teatro e o cinema. Acrescentou ainda que hoje se fala muito de indústrias criativas como fator de desenvolvimento económico e considera que Rio Maior tem que fazer um esforço para projectar o futuro nesta base reconhecendo que tal não se fará no curto prazo mas que tem que haver um trabalho de base dos agentes culturais, associativos e políticos para relançar Rio Maior numa rota de desenvolvimento cultural. -----

----- Acerca da Frimor referiu-se ainda a uma novidade introduzida neste certame que é a afirmação como uma plataforma de promoção das indústrias agro-alimentares como forma de alavancar a economia e as empresas através desse palco aproveitando a tradição de Rio Maior nesta área. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à Frimor e à aposta neste certame com novas apostas como a agro-alimentar para promover e divulgar este setor trazendo a Rio Maior e a este evento mais pessoas que é de nível nacional. Acrescentou que todas estas novidades

e o programa final serão apresentados em conferência de imprensa dia dezoito do corrente mês no Centro de Negócios de Inovação de Rio Maior. -----

----- Deu conhecimento que para a comemoração do Dia Internacional da Juventude no dia doze foi estabelecida uma parceria entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor com entradas livres nesse dia nas piscinas municipais exteriores para os jovens até aos vinte e cinco anos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Manifestou a preocupação profunda pela desqualificação do tribunal e afirmou que quanto mais se estuda o assunto mas se percebe que se trata de uma questão política e não técnica porque ficou claro que os dados que estão a ser trabalhados por parte do Ministério da Justiça não correspondem à realidade. Salientou que o número de processos que envolvem a justificação para a desqualificação da Comarca e das valências do tribunal são muito menores do que o movimento que efetivamente existe. Disse ainda que esta é uma decisão feita em “cima do joelho” e que alguma razão objectiva obrigou à mudança de estratégia já que no orçamento de 2014 o Instituto Financeiro do Ministério da Justiça previa quatrocentos mil euros para obras no tribunal de Rio Maior e agora Rio Maior passa a ser uma salinha da Comarca de Santarém com a agravante de a Relação passar para Évora. Considerou que perante tudo isto o executivo, através da representação democrática que tem junto da Ministra da Justiça, deve tentar fazer convencer que se trata de uma situação disparatada e tal como outras câmaras interpor uma ação popular reforçada pela posição tomada pela Assembleia Municipal de Rio Maior a vinte e oito de abril onde declara que repudia o novo mapa judiciário. Afirmou que Rio Maior está a ser vítima de uma política sustentada em argumentos que não são verdadeiros e que está a levar a um retrocesso civilizacional que impede as populações, já em dificuldades, de ter fácil acesso à justiça. Referiu que não se compreende esta desqualificação porque o tribunal de Rio Maior tem condições físicas e processos em número suficiente para se manter. Reafirmou que a Câmara deve exercer o seu magistério de influência para saber o que é que leva a esta situação que não é compreendida por ninguém, incluindo os advogados, a ordem e os técnicos do tribunal que reconhecem, eles próprios, que os dados que sustentam esta decisão, provavelmente baseada em outros interesse, não são coerentes. -----

----- De seguida questionou acerca da situação das freguesias nomeadamente quanto ao pagamento dos acordos de execução e aos contratos interadministrativos dizendo que soube ainda estarem em falta aprovações por parte das Assembleias de

Freguesia salientando que mais uma vez aqueles que não cumpriram o que era exigido acabaram por beneficiar da solidariedade dos outros e que existem, neste momento, algumas juntas de freguesia que não têm dinheiro para pagar os salários do mês de agosto. -----

----- Por último questionou se a câmara municipal tem algum levantamento dos edifícios que têm amianto porque foi levado até à Mina do Espadanal que está cheia de estruturas velhas de amianto que está no ar para as pessoas que ali circulam com todos os malefícios que este pode trazer para a saúde. -----

----- Finalizou dizendo que há-de vir um tempo em que a Frimor há-de ser a feira de todas as feiras e que não há futuro para Rio Maior, e para outros concelhos, que não transformem a sua feira mais larga na feira das feiras, referindo que agora é a feira do agro-alimentar, e que em outro tempo há-de haver a feira geológica, a feira da cidade do desporto, a feira do artesanato e há-de haver a feira das atividades económicas, porque considerou que esse é o caminho que está a ser percorrido nas grandes feiras internacionais e que resulta da lógica de que as maiorias resultam sempre da soma das pequenas minorias. Salientou que é esse o caminho e em alturas de crise há que mostrar o que de bom existe em Rio Maior, e a excelente qualidade quer ao nível dos recursos humanos, dos recursos endógenos e da produção, atraindo pessoas. Congratulou-se por esse ser o caminho que está a ser percorrido relativamente à Frimor. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que concorda em absoluto com a necessidade de reanimar aquilo que Rio Maior já teve e havia na população um sentimento de pertença que promovia muitas atividades culturais. Referiu que a comunicação social local dá conhecimento da eleição dos novos corpos sociais da Associação Cultural do Concelho de Rio Maior cujo principal objetivo é a criação de um coro e de uma orquestra, que dificilmente terá as características da anterior, mas que poderá conseguir matéria-prima através das escolas a criar. Ainda acerca da associação disse que esta nunca foi só o coral e orquestra típica possuindo um património cultural muito vasto e uma grande riqueza que deve ser explorada para se continuar na senda do que tinha sido em tempos o estudo e a promoção da história e cultura de Rio Maior. -----

----- De seguida deu conhecimento que a câmara municipal se reuniu com os representantes da Rodoviária Nacional e com as direcções dos dois agrupamentos por forma a agilizar os horários de transporte dos alunos da 2º, 3º ciclo, secundária e Escola Profissional para resolução da situação de algumas freguesias onde o

transporte passa muito cedo havendo a vontade de atrasar a chegada dos alunos para evitar o tempo de espera até ao início das aulas. Disse que sobre esta situação circulam já um abaixo-assinado dos encarregados de educação de Alcobertas e que esta situação se passa também com o transporte do Outeiro da Cortiçada e de Azambujeira. Fez saber que a proposta da câmara foi de se atrasar a recolha de alunos para evitar esta situação e que foi já recebida a proposta da Rodoviária que foi encaminhada para os agrupamentos para estes se pronunciarem sobre os itinerários e sobre os horários constantes da mesma. Acrescentou ainda que à semelhança do ano anterior a câmara municipal pediu a suspensão supletiva de ser entidade promotora das atividades extracurriculares sendo estas asseguradas pelos agrupamentos. No que respeita ao prolongamento de horário oferecido ao pré-escolar pelo município que até agora se iniciava a quinze de setembro deu conhecimento que este ano foi proposto aos agrupamentos que dessem início ao mesmo no início de setembro para que os encarregados de educação não tivessem a preocupação de arranjar alternativas para colocar os seus filhos na primeira quinzena do mês. Relativamente ao plano anual de atividades promovido pela câmara municipal e que foi proposto às escolas tentou-se alargar a população alvo, até agora pré-escolar e 1º ciclo, a todos os níveis de ensino através de uma parceria feita com a Fundação António Quadros que promove uma atividade muito interessante sobre Fernando Pessoa tentando adaptá-la aos conteúdos curriculares da disciplina de língua portuguesa do ensino secundário. Mais disse que também as comemorações do poeta Ruy Belo foram incluídas no plano anual de atividades por forma a dar conhecimento do poeta aos alunos e tentar tornar as comemorações vivas a par de outras iniciativas a realizar. -----

----- Relativamente ao património material e imaterial, não só histórico mas também geológico, foi proposto aos agrupamentos fazer uma visita guiada no início do ano letivo, não só para os professores de história mas também de ciências da natureza e geologia, visita essa que será realizada com um técnico da câmara municipal por forma a dar a conhecer a nossa riqueza e enquadrá-la nos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Ainda relativamente à Frimor disse que sendo esta a feira nacional da cebola, com tradição, é a feira das atividades económicas do concelho do qual não se pretende excluir ninguém, o que foi pensado para este ano, sendo o setor agro-alimentar tão importante no concelho, se deveria incentivar uma exposição deste setor. Salientou que se trata de uma feira franca de todas as atividades económicas do

concelho e não apenas do agro-alimentar, sendo este mais um setor a incluir na mesma. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concordou com as afirmações feitas acerca da Frimor, considerou que o cartaz está muito apelativo, que se verifica um grande empenho por parte da equipa que organiza este certame e o que isso está a trazer, projetando o nome de Rio Maior de forma positiva. -----

----- Deu conhecimento que no dia dezoito a partir das nove da manhã, nas Marinhas do Sal, irá ser transmitido em direto o programa “Chefes de Cozinha” da RTP 1 e disse tratar-se de uma atividade onde se tenta chamar à atenção para o sal e que desde a Cooperativa, às Aldeias do Sal, aos proprietários particulares todos irão dar o seu contributo para a explicação do que são as Salinas, do que é o sal. Acrescentou que esta atividade será apoiada pela Câmara dentro do possível e considerou que é mais uma maneira de dar a conhecer as salinas. -----

----- Relativamente à situação do centro de saúde disse que o executivo continua atento, assim como em relação ao tribunal, assim como a própria CIMLT tendo ambos já tomado posição sobre o que está a acontecer. Esclareceu ainda que em relação aos comentários que têm circulado acerca do estado degradado da zona envolvente ao centro de saúde atribuindo a responsabilidade à câmara, tal não corresponde à verdade, e que o que a câmara tem feito, dentro do possível e da boa colaboração, é efectuar a limpeza do espaço ajardinado e cortar algumas árvores, mas que este tipo de trabalho, assim como o arranjo do pavimento degradado é da responsabilidade do Ministério da Saúde, e que o que a câmara lá tem vindo a fazer, pontualmente, é colaborar tapando alguns buracos e limpando o espaço. Reafirmou que a esses trabalhos não são responsabilidade do município de Rio Maior mas sim do Ministério da Saúde. -----

----- Quanto à situação das freguesias e da concretização dos acordos disse que está um pouco atrasada devido a algumas aprovações tardias por parte das Assembleias de Freguesia mas que se pensa que até ao final do mês se regularize a assinatura dos acordos e que relativamente ao restante só após a mesma se pode concretizar. Disse que a culpa não pode ser imputada à autarquia, uma vez que algumas das juntas, por várias razões, não avançaram de imediato e que em face disso cada qual tem que ser responsável por aquilo que faz ou por aquilo que não faz.-

----- Acerca do amianto e do fibrocimento disse não haver um levantamento efetivo mas que no concelho é possível existirem centenas de instalações nessas condições. Salientou que não se deve entrar em alarmismos, que existe ainda bastantes

estruturas em fibrocimento, como é disso exemplo as condutas de águas, e que não se deve utilizar esta situação para se fazer show-off. Confirmou que o telhado da escola Fernando Casimiro vai ser efetivamente substituído muito em breve. -----

----- Por fim, em relação ao setor agro-alimentar, lembrou que foi aprovado no anterior executivo, pela Câmara e pela Assembleia Municipal, o plano estratégico que integrava como eixo/medida prioritária a promoção daquele setor o que revela que esta era já uma estratégia estudada e que agora está a ser desenvolvida. Afirmou que tudo aquilo que se possa fazer em prol da economia concelhia é sempre pouco e se deve continuar a implementar medidas e atividades que a estimulem. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 43/2014, DE 25 DE JULHO – EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA EFEITOS DE LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 43/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 25 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a emissão da autorização prévia para efeitos de lançamento de fogo-de-artifício no dia 27 de julho de 2014 na Freguesia de Arrouquelas condicionada ao parecer técnico emitido. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 44/2014, DE 28 DE JULHO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DOS CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2014/2015 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 44/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 28 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a prorrogação do prazo para apresentação de propostas até ao dia 30 de julho pelas 23.59 horas, conforme solicitado pela Rodoviária do Tejo, S.A.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 45/2014, DE 29 DE JULHO – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM ESTRANGEIRO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES EM NOME DE SANDRA AZENHA** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 45/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 29 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que não se vê inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido para o prédio rústico, sito em Estrangeiro na União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 27 da secção 1D, desde que daí e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições contidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 46/2014, DE 29 DE JULHO – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM CASAL DO BREJO OU ARRUDA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES EM NOME DE SANDRA AZENHA** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 46/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 29 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que não se vê inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido para o prédio rústico, sito em Casal do Brejo ou Arruda na União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 67º da secção 1B, desde que daí e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições contidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM PAINEL EM NOME DE MARIA TERESA FRANCISCO FERNANDES – AVENIDA DOS COMBATENTES, RIO MAIOR** ---

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionado ao facto de que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL AO PAEL – 2.º TRIMESTRE DE 2014** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é remeter à Assembleia Municipal, entidade competente para monitorizar e acompanhar o PAEL, o relatório de acompanhamento trimestral elaborado nos termos do definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 12º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Referiu que face à análise da documentação verifica-se que grande parte das medidas não foram implementadas relevando alguma satisfação por isso já que considera que os municípios já não têm capacidade para aguentar mais encargos. Solicitou que lhe fosse fornecida cópia impressa do documento pela sua complexidade e importância. -----

----- **VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que é evidente que há situações que não são compatíveis com o atual estado das coisas e que, como é do conhecimento público, o ERSAR, por exemplo, obriga a que as autarquias tenham receitas iguais ou superiores aos custos, o que não acontece no município de Rio Maior. Continuou dizendo que existe uma grande diferença entre a despesa e a receita nas águas, saneamento e resíduos e que o prejuízo anual é de cerca de um milhão de euros. Disse ser óbvio que se a câmara tem que suportar este prejuízo não terá disponibilidade financeira para executar outras coisas. Referiu que neste momento o município está a infringir a lei e que se tem tentando prolongar a situação devido à situação financeira das pessoas mas que em breve a Câmara e a Assembleia terão que rever os tarifários já que financeiramente a situação é inoportuna. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “De acordo com a nossa coerência, nós somos contra o PAEL, este é um documento feito pelos serviços, tenta corresponder às necessidades, mas o próprio plano de apoio à economia local não corresponde a nenhuma necessidade dos municípios de Rio Maior, pelo contrário, tiraram dois vírgula dois milhões de euros aos municípios para depois emprestarem aos infratores. Portanto não podemos estar de acordo com isto, é uma manifestação política da nossa atitude.” -----

----- **PONTO IV - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO FÍSICO CULTURAL DA RIBEIRA DE SÃO JOÃO - CIRCUITO DE CICLISMO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir um apoio financeiro no valor de 1 500,00 € (mil e quinhentos euros) à Associação Físico Cultural da Ribeira de São João.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que se trata de uma atividade englobada na Frimor e afirmou que o ciclismo que já foi marca deste evento em anos passados, regressa agora a este certame dando ao mesmo o prestígio desta prova e aumentando a sua qualidade trazendo muitas pessoas que por este motivo se deslocarão a Rio Maior. Disse ainda que a Associação Físico Cultural da Ribeira de São João se propôs a organizar esta prova e daí a atribuição do subsídio para fazer face a parte das despesas para além de todo o apoio logístico que for necessário. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NO ANO LETIVO 2014/2015 - PROCESSO Nº 48/2014/CP - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é adjudicar ao Consórcio Gertal – Companhia Geral de Restaurante e Alimentação, S.A. / Itau – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A. / Socigeste – Serviços, Indústria e Comércio de Refeições, Lda., no montante de € 309.864,00, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, a aquisição de refeições escolares no ano letivo de 2014/2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Célia Maria Bento do Rosário Flores**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “A Gertal é um nome familiar, penso que foi a que forneceu a alimentação dos almoços escolares no ano transacto e houve alguma polémica com o fornecimento dessas refeições, não só pela qualidade mas pela quantidade. Eu acho que a Câmara tem acompanhado de perto e creio que vai continuar a acompanhar, parece-me que deve ser assim para bem de todos os meninos, muitas vezes há queixas nos alimentos, sei que vocês estão sempre atentos a isso e vou acreditar que a Gertal desta vez vai fazer o melhor trabalho possível, porque realmente houve muitas queixas, nomeadamente quando eram refeições à base de peixe, há crianças que efetivamente não conseguem, e adultos também, o peixe é intragável, tem espinhas e não só, é um peixe de muito má qualidade, é o que cumpre dizer quanto a isto, portanto a exigência pela qualidade e pela quantidade que creio que vão continuar a fazer.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereadora Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu voto a favor desta proposta porque o comer para as crianças é uma questão essencial, mas gostava de deixar duas notas. A primeira tem a ver com a necessidade permanente de acompanhamento, não só em relação à quantidade como à qualidade como foi dito, mas porque eu ainda continuo a lutar para que não seja este o modelo de fornecimento de refeições no concelho de Rio Maior, quer dizer, temos que encontrar outros caminhos que garantam outras soluções e melhores e tem a ver com a economia social, tem a ver com a produção feita em Rio Maior, uma vez que estamos a falar de Rio Maior, quer dos seus produtos da fileira agro-alimentar e também da criação de emprego estável e com qualidade. Sabemos que muitas vezes pode parecer que o número de refeições é mais barato mas o que é induzido na economia local é muito melhor do que este tipo de negócios.” -----

----- **PONTO VI - ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DA DIVIDA REFERENTE AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO EM NOME DE CARLA SOFIA CAETANO MONTEIRO – BAR DA ESTAÇÃO CENTRAL DA CAMIONAGEM DE RIO MAIOR** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a minuta de acordo de regularização de dívida nos termos propostos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou há quanto tempo é que decorre este processo e quanto tempo é que será dado para a resolução do mesmo. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que foi aprovado em 2013 o acordo de pagamento faseado da dívida em trinta e seis meses mas que até agora não tinha sido cumprido. Continuou dizendo que havendo incumprimento na primeira prestação venciam-se automaticamente as restantes, mas que a câmara, numa posição de colaboração, foi aguardando pelo pagamento voluntário das prestações e agora vem a mesma solicitar que lhe seja dada a oportunidade de proceder ao pagamento em 60 prestações mensais o que para a câmara municipal é favorável não só pela receita mas também por restaurar a capacidade de executar a dívida em caso de cumprimento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM VALE DA QUEIMADA OU FONTE LONGA, FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE MARIA ISABEL BENTO DA SILVA PAULINO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido desde que daí, e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII - AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE RESULTA - PUBLICIDADE, LDA – ROTUNDA DO MINEIRO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é indeferir o pedido para instalação de painel publicitário na Rotunda do Mineiro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que a proposta de indeferimento tem a ver com painel que ocupa parte do passeio dificultando a mobilidade no local. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referindo que o parecer da junta de freguesia de Rio Maior é favorável e o dos técnicos desfavorável, questionou se houve alguma acareação no sentido de se encontrar uma solução. Considerou que a ocupação do espaço público não tem

sentido e que não existem condições para se manter. -----

----- **VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que a empresa foi notificada para audiência de interessados e nada veio dizer ao processo e ainda que o parecer da junta de freguesia não é vinculativo. --

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX - AQUISIÇÃO CIRCUITOS ESPECIAIS ESCOLARES NO ANO LETIVO 2014/2015 - PROCESSO Nº 49/2014/CP - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é adjudicar à empresa Rodoviária do Tejo, S.A., no montante de € 222.892,50, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, a aquisição de serviços para realização de circuitos especiais escolares no ano letivo 2014/2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que este valor é superior ao do ano anterior uma vez que vai entrar em funcionamento o centro escolar da Fráguas, passando a existir mais dois circuitos, e também por estar incluído, à semelhança do que tem sido sempre feito, o circuito de Vale de Óbidos para salvaguardar possíveis situações. Referiu ainda que este circuito nunca funcionou e daí o valor ser superior aquele que efetivamente depois vai ser adjudicado. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se foi considerada a proposta do concelho escolar relativamente ao transporte de pessoas, a pagamento, nos sítios a menos de três quilómetros. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Explicou que essa situação se integra no último ponto da proposta. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTES ESCOLARES -**

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar e remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de regulamento municipal de transportes escolares, nos termos conjugados da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que esta proposta de alteração de regulamento trata essencialmente da inclusão de um pagamento pela utilização do transporte para os alunos que se encontrem a menos de três/quatro quilómetros da escola e ainda a comparticipação para usufruir do circuito urbano existente. Esclareceu ainda que este circuito escolar custa diariamente ao município de Rio Maior cento e vinte euros, o que perfaz a quantia de quarenta euros mensais por aluno. Disse também que este regulamento pode vir a solucionar problemas relativamente à definição de quem tem direito a transporte mediante o pagamento de uma mensalidade. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que não irá decidir sobre um montante e estar de acordo com uma filosofia de aceitar e pagar sem saber o quanto se paga, quais os critérios e o que se vai pagar. Considerou que é manifestamente pouco a quantidade de informação que está disponível porque há-de haver um critério base para se poder ajuizar a proposta. Disse ainda que não irá inviabilizar a proposta mas afirmou que existem algumas questões a ter em atenção como o facto de saber exatamente o que é pago e quanto. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Explicou que no regulamento estava contemplado que a quantia a pagar seria definida anualmente pela câmara e que estariam sempre salvaguardadas as situações especiais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- **VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e quinze minutos, o Vice-Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Vice-Presidente da Câmara e por mim, Jorge Fróis Colaço, Chefe de Divisão da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património, que a redigi. -----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

O CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 8 DE AGOSTO DE 2014

PATRIMÔNIO:_____